

Ata nº 17/2021

Aos sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, às dezenove horas, reuniram-se nesta Casa Legislativa, sob a presidência da vereadora Priscila Tramontini Spacil, os vereadores Altenir Rodrigues da Silva, Cleres Maria Cavalheiro Revelante, Gildo de Oliveira Brandão, Jane Elizete Ferreira Martins da Silva, José Jair Borges, José Sérgio de Carvalho, Orquelita Salgado da Costa e Sandro Drum. A presidente solicitou à secretária que fizesse a leitura de um texto bíblico que em pé foi ouvido. Posteriormente, a secretária fez a leitura da Ata nº 16/2021 que foi posta em discussão, votação e aprovada por sete votos, o vereador Altenir se absteve, pois não estava presente na sessão anterior. A secretária fez a leitura do Requerimento para uso da tribuna popular, ocasião em que Telmo Fabrício Bonucielli de Souza falou sobre a Escola Especial. A secretária fez a leitura do Projeto de Lei do Executivo nº 2703, de 7 de maio de 2021- Autoriza a contratação temporária, por tempo determinado, na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, e artigo 76, da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências, que veio com parecer favorável das duas Comissões, foi posto em discussão, votação e aprovado por unanimidade. A secretária fez a leitura do Projeto de Lei do Executivo nº 2704, de 7 de maio de 2021- Altera o anexo I da Lei Municipal nº 265, de 21 de dezembro de 1990, e dá outras providências, que veio com parecer favorável das duas Comissões. Na sequência, a secretária fez a leitura da Emenda Modificativa ao Projeto de Lei, que foi posta em discussão, votação e aprovada por unanimidade. A presidente colocou em discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 2704/2021, com a respectiva Emenda Modificativa, foi posto em votação e aprovado por unanimidade. A secretária fez a leitura da Indicação nº 46/2021 – Vereadora Cleres Maria Cavalheiro Revelante - PT - Indica ao Poder Executivo Municipal que seja concluso o calçamento na Av. General Câmara e que seja feita a continuação até a Rua Carlos Eduardo Pumpmacher. A

vereadora defendeu sua indicação. A secretária fez a leitura da Indicação nº 47/2021- Vereadora Cleres Maria Cavalheiro Revelante - PT- Indica ao Poder Executivo Municipal que seja avaliada a possibilidade de que seja disponibilizado uniformes para as Conselheiras Tutelares. A vereadora defendeu sua indicação. A Indicação nº 48/2021 foi retirada pela vereadora proponente. A secretária fez a leitura da Indicação nº 49/2021- Vereadora Cleres Maria Cavalheiro Revelante – PT- Solicita ao Poder Executivo Municipal que, através da Secretaria competente, seja viabilizada a instalação de Internet Wi-Fi no Hospital Municipal Dr. Aderbal Schneider. A vereadora defendeu sua Indicação. A secretária fez a leitura Indicação nº 50/2021- Vereadora Orquelita Salgado da Costa – MDB - Solicita que o Poder Executivo Municipal encaminhe a esta Casa Legislativa projeto de lei alterando o artigo 9º da Lei 2400/2018, para que o valor do vale-refeição passe a ser pago integralmente na folha de pagamento. Outrossim, que os servidores que estejam em deslocamento sem percepção de diárias recebam também o valor do benefício estabelecido através do Decreto 2882 de 2018. A vereadora defendeu sua Indicação. A secretária fez a leitura da Proposta de Moção de Repúdio nº 9/2021- Proponente Vereadora Cleres Maria Cavalheiro Revelante – PT- A Câmara Municipal de Salto do Jacuí, através dos vereadores abaixo signatários, vem, na forma regimental, apresentar Moção de Repúdio, contra o ato ocorrido no dia 24 de maio de 2021, quando, Lins Roballo, vereadora mulher trans negra do Partido dos Trabalhadores (PT), foi atacada por outros parlamentares da Câmara de Vereadores de São Borja e perseguida pela presidência da Casa, que exonerou sem motivos a chefe de gabinete de Lins. A Proposta de Moção de Repúdio foi posta em discussão, votação e aprovada por unanimidade. Está baixando nas Comissões: Projeto de Lei do Legislativo nº 8, de 02 de junho de 2021 - Institui o Maio Laranja, a ser realizado a cada ano, no Município de Salto do Jacuí-RS, no mês de maio, quando serão efetivadas ações relacionadas ao combate ao abuso e à exploração

sexual de crianças e adolescentes. Não houve Tribuna Parlamentar. Nada mais havendo a se tratar, às vinte horas, a presidente encerrou os trabalhos e vai a presente Ata lavrada e assinada por quem de direito: